

O PROCEDIMENTO DO COLECIONADOR COMO FUNDAMENTO DA CONDIÇÃO DE TRANSDISCIPLINARIDADE



Roberto Henrique Amorim de Medeiros

Grupo Hospitalar Conceição - GHC - Porto Alegre--Brasil



Resumo

Tanto no discurso científico, como no senso comum, cada vez mais é reforçada a convicção de que os impasses surgidos dos problemas contemporâneos, nos seus mais diversos campos, devam encontrar solução através do trabalho cooperativo entre diferentes saberes. Nessa medida, muito se discorre sobre a interdisciplinaridade e, ultimamente, com alguma ênfase na sua forma mais sublime: a transdisciplinaridade. Este artigo procurará problematizar algumas disposições que se apresentam como possibilidades conceituais aos atos cooperativos entre sujeitos de diferentes formações teóricas. Para tanto, como num ensaio, partirá da articulação conceitual entre elementos cruciais ao problema em foco. Em seguida, enriquecerá a argumentação através da proposta do que será chamado de *procedimento do colecionador* - inspirado no trabalho de Walter Benjamin - e de um exemplo prático, para que a avaliação do leitor interessado possa dar frutos a novos debates sobre a questão central, qual seja, dar visibilidade às dificuldades da prática de atos cooperativos entre os saberes na solução de problemas complexos e encontrar formas de superá-las.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, Walter Benjamin, colecionador, complexidade.

Introdução

Desde que a teoria da complexidade patrocinou o que Thomas Kuhn (1922 – 1996) chamaria de mudança de paradigma no campo científico, é comum que busquemos a solução para conhecer e operar com as novas construções de objeto na proposta de integração disciplinar de diferentes tipos de saberes. Proliferam, no campo científico das teorias e das práticas, os estudos dos termos afins ao que se reconhece como interdisciplinaridade. Entretanto, saberes distintos são construídos a partir de paradigmas nem sempre conciliáveis e

essa integração parece problemática logo na largada. As provas dessa dificuldade surgem diante da observação corriqueira das tentativas de mistura entre os saberes: costumam parecer-se mais com a do óleo e da água do que com outras, mais homogêneas, ou seja, convivem os diferentes saberes apenas na medida do respeito aos seus limites e quando tomados em situação de complementaridade. Parece claro que, nesse último caso, o resultado segue sendo a parcialidade do conhecimento e a compartimentalização operacional frente ao nosso objeto assumidamente complexo. É difícil, no entanto, encontrar quem esteja satisfeito com esse resultado. Não parece ser esse o nível de trabalho que se busca em termos de visão complexa dos problemas atuais. E o que dizer quando nossa atenção transcende o teórico e volta-se ao caráter prático das tentativas de cooperação, não mais apenas entre saberes distintos, mas entre sujeitos de saberes distintos?

Este artigo procurará problematizar algumas disposições que podem tornar possíveis os atos cooperativos entre sujeitos de diferentes formações teóricas - como os integrantes de um grupo de pesquisa ou de outros tipos de equipe de trabalho - a partir de reflexões, exemplos práticos e, inicialmente, da seguinte pergunta: quais são as possibilidades de reflexão que nos têm sido apresentadas para tentar resolver os impasses que uma necessidade de trabalho cooperativo entre os saberes impõe no momento da prática?

Como todo tema que dá seus primeiros passos, ainda parece incipiente a produção intelectual sobre a questão, embora alguns autores já tenham assumido a difícil empreitada em determinados contextos¹. Na maioria dos casos, as propostas para encaminhamento da questão aparentemente acabam girando em torno do argumento de transcendência, ou seja, os autores parecem concordar que o projeto teórico do trabalho disciplinar em uma situação de cooperação - numa equipe multiprofissional, por exemplo - só se efetivará na prática segundo uma específica condição de possibilidade, a saber, o ato transdisciplinar. Não parece, entretanto, que já estamos em condições de definir, finalmente, como se dá esse tipo específico de ato. No entanto, parece possível assumir que seu fundamento teórico deva residir na articulação dos pilares conceituais da transdisciplinaridade, a saber, a complexidade, os níveis de realidade e a lógica do terceiro incluído (ALVARENGA, 2005; NICOLESCU, 1999). As reflexões sobre a questão da prática, todavia, costumam apenas indicar certas disposições lógicas e comportamentais para que determinado grupo de trabalho venha a atingir um procedimento verdadeiramente transdisciplinar.

Proponho partir deste ponto em que as pesquisas parecem encontrar-se para tentar colaborar através da colocação de problemas que parecem fundamentais à questão de modo a tentar avançar conceitualmente. Ao final, por intermédio de um exemplo de trabalho em equipe, será feita uma proposta, sustentada pelo exemplo e pelos conceitos apresentados em forma de problemas, sobre uma condição de possibilidade do trabalho em equipe interdisciplinar.

Quais seriam os conceitos que parecem constituir problemas fundamentais para elucidar a questão? Inicialmente, trouxe o argumento de transcendência que figura com frequência nos textos sobre o diálogo entre os saberes. O prefixo *trans*, nesses casos, deve ser entendido como em *transamazônico* ou em *transplatino*? No primeiro caso, *trans* ajuda a dar sentido àquilo que atravessa². No segundo, àquilo que está *além de*³. Usando uma metáfora da mecânica todos diriam que, no primeiro caso, a transdisciplinaridade pode ser a resultante das forças que estão em jogo em determinado campo, ou seja, aquilo que, como produto, atravessou cada uma das disciplinas e surgiu como novidade. No segundo caso, transdisciplina é aquilo que está *além* do disciplinar e, assim sendo, não deve constituir nova disciplina. Dependendo da escolha, seríamos levados a um ou outro caminho na reflexão⁴.

Outra concepção, agora na área da produção interdisciplinar, é a que observa e assume as fronteiras entre os saberes, mas sugere que haja zonas de apagamento ou mesmo alguma porosidade nelas. Aqui está presente a possibilidade de penetração e de diálogo nas regiões supostamente diferentes entre si. Em alguns casos, ao invés de fronteiras, podemos nos servir do termo *litoral* (LACAN, 2003, p.18), que até parece mais apropriado na medida em que representa o que divide dois heterogêneos.

Uma terceira percepção é a que amplia o olhar sobre a linha que demarca o litoral e passa a enxergar um *entre*. Surge o *entre-lugar* de Santiago (1982) ou o espaço *intersticial* (BHABHA, 1998) como recurso conceitual e mais um campo de investigação.

Assumo todos os enfoques anteriormente apresentados como aproximações conceituais importantes para pensar as possibilidades práticas do trabalho complexo entre saberes de diferentes bases epistemológicas. E preliminarmente, para demarcação e fertilização do terreno - ou mesmo *extraterreno* - em que se dará um ato de integração cooperativa de saberes, penso ser necessário sempre estipular: qual a acepção de *trans* que

produzirá o ato, qual a permeabilidade entre os *poros* interdisciplinares ou quais os contratos de relações no litoral epistemológico da questão.

Levando em consideração a história das teorias do conhecimento, seus modos e seus meios, desde a *revelação* até a tentativa de sistematização pela *razão*, Mezan (2002) apresenta um debate que parece justificar aqueles acordos preliminares. Na medida em que a proliferação dos campos de saber levou os espíritos investigativos a consentirem que o objeto de conhecimento não seja dado, mas construído, e que a forma de fazê-lo modificava-se no decorrer da história, a ciência passa a perder o caráter de conjunto fechado em termos de método.

Estabelecendo um contraponto ao que está na obra *As Palavras e as Coisas*, de Foucault, a saber, a afirmação que, mesmo constituindo diversos objetos de conhecimento, algumas disciplinas parecem partir de um mesmo solo – as chamadas *epistemes* –, Mezan (2002) apresenta a tese de Lebrun, segundo a qual cada disciplina deve ser estudada epistemologicamente considerando-as possuidoras de racionalidades próprias. Mantendo a metáfora, diferentes disciplinas jamais brotariam de um mesmo tipo de preparação de solo.

No mesmo sentido, Mezan (2002) segue argumentando que, embora o objeto de conhecimento seja construído a partir de diversas racionalidades, a sua ontologia não é determinada de qualquer maneira, ao sabor das elucubrações que o jogo conceitual permita. Cada objeto de conhecimento construído guarda relação direta com o seu *referente*, ou seja, o fragmento de realidade da qual ele se recorta⁵. Mesmo assim, cada disciplina o concebe conforme sua racionalidade, como quer Lebrun, e o referente *sofrimento psíquico*, por exemplo, constrói-se como objeto da psiquiatria, da psicologia, da psicanálise, do espiritismo, da medicina oriental, de modo bastante diverso.

O ato interdisciplinar, que, *grosso modo*, diz respeito à transferência dos métodos de uma disciplina para outra, acaba por sofrer sérios abalos a partir das condições apresentadas acima. Poderíamos admitir, talvez, uma melhor possibilidade de integração das disciplinas apenas entre aquelas de mesma *episteme*, segundo o pensamento foucaultiano. A tese de Lebrun, no entanto, estilhaça essa possibilidade.

Mesmo assim não se está negando que existam efeitos de construção interdisciplinar. Mas cabe lembrar que estou ocupado com o ato de cooperação entre os saberes a partir dos agentes deste ato. A teoria do caos, por exemplo, é um efeito de registro

interdisciplinar, sem dúvida, dentro da qual o matemático e meteorologista Lorenz pôde estabelecer as bases do que se tornou conhecido como *efeito borboleta*⁶. Assim, pergunto como teria ocorrido o processo e a que resultado se chegaria, se um matemático cooperasse com outro meteorologista? É claro que nessa situação também teríamos, como na situação original, dois modos de construir o objeto a partir de um mesmo referente e que buscam heurísticamente uma solução. Da mesma forma, estariam presentes duas racionalidades que gerariam a nova disciplina que, por sua vez, conduziria uma terceira construção de objeto. No entanto, gostaria de propor uma questão aparentemente singela: haveria diferenças em termos de resultados obtidos apenas pelo fato de que essas duas racionalidades partissem também de dois sujeitos distintos, ao invés do caso de Lorenz que as reunia em sua própria formação?

Em 2002, Derrida citado por Savian F^o (2007, p.43) proferiu uma conferência no Congresso da Associação das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa cujo tema se referia ao futuro da Razão, e no qual defendeu que os cientistas inebriados pela tecno-ciência não distinguem mais o que é racionalidade do que é razão. Ou melhor, tomam aquela por esta, reduzindo novamente o objeto de conhecimento a apenas um olhar. Parece tratar-se de uma crítica que possui toda pertinência na medida em que o projeto metodológico da ciência buscou suprimir ao máximo a fé substituindo-a pela razão e agora perde esta última de vista. Derrida segue dizendo que é o próprio dinamismo da razão que engendra as diferentes racionalidades, mas que elas têm sido tomadas, conforme interesses técnico-econômicos do momento, como a razão *em si*. Com a razão encaçada, como sugere Derrida, fica-se sem outro caminho que não seja reassumir a crença. Uma crença, entretanto, nas proposições de uma única racionalidade por vez. Derrida afirma que o caminho para o desencalhe da Razão seria a constante crítica epistemológica das racionalidades e, paradoxalmente, também a abertura para a fé, a estética – elementos da verdade da experiência humana – como igualmente relevantes à crítica racional. Isso, segundo ele, poderia ser efetivado apenas mediante duas condições: a liberdade e a amizade.

Nem as colocações principais daquela conferência, nem a aporia de Derrida será tratada com detalhe aqui. No entanto, apenas cabe indicar que a amizade, neste caso, deve ser entendida como um *movimento de liberdade*. Amizade livre é aquela que não implica submissão nem obrigação com o outro. Ser amigo é possibilidade de acolhimento e hospitalidade ao que se apresenta como diferença radical (ARAÚJO, 2005).

Mas, será isso suficiente para que as racionalidades conversem? Ou, tocando de modo mais direto na interrogação que propus há pouco, será suficiente para que os agentes de um ato de cooperação interdisciplinar conversem e produzam? Passo a um exemplo que, espero, possa servir de pano de fundo para mais reflexões acerca dessa questão.

Uma discussão clínica?

Após um grupo de residentes de primeiro ano na ênfase de Saúde da Família e Comunidade da RIS⁷ e da RMFC⁸ do programa de Residência de um grupo hospitalar no Rio Grande do Sul⁹ levar cerca de três meses no âmbito da aula teórica semanal construindo para si os conceitos de território, primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado – elementos básicos da APS¹⁰ e fundamentais para o seu trabalho nas Unidades de Saúde em que realizam a Residência – sugeriu-se que, divididos em pequenos grupos multiprofissionais, fizessem um exercício. Cada grupo receberia um relato, que poderia ser fictício, de um caso atendido durante certo tempo por uma equipe de saúde e teria de identificar, a partir dele, os conceitos estudados até então. Além disso, deveriam propor uma solução para o problema contido no caso da maneira que conseguissem e com os recursos de que dispusessem.

O grupo de residentes, do qual fiz parte ao acompanhar e auxiliar sua tarefa, era composto por quatro médicos, uma enfermeira, duas assistentes sociais e dois dentistas. As contribuições segundo o olhar da psicologia ficariam ao meu encargo. Da mesma forma como montamos um relato de caso cheio de elementos para outro grupo resolver, também recebemos uma situação bastante complexa para dar conta. A experiência de outros anos em que fizemos essa atividade permite afirmar que os casos frequentemente são compostos com elementos verídicos, às vezes misturados, de situações que os próprios residentes vivenciaram nos primeiros meses de sua prática. Não parece à toa que eles acabem escolhendo aquelas que lhes geraram maior angústia e o material desse exercício acaba sendo de difícil lida.

A situação-problema que coube ao grupo discutir dizia respeito a uma mulher de 57 anos - cuja atividade fora a prostituição - diagnosticada atualmente com transtorno bipolar e com a característica de má adesão aos tratamentos propostos. O relato recebido compreendia um período de meio ano durante o qual algumas visitas da paciente e de seus familiares à

Unidade de Saúde desencadearam uma série de dilemas para a equipe de saúde, até chegar à notícia de sua morte por *overdose* de cocaína.

Após algum tempo detidos em um momento de exasperação frente ao que leram, os integrantes do grupo iniciaram o trabalho. Escolheram organizar em frases curtas os fatos presentes no relato recebido que informavam os acontecimentos em cada mês. Por exemplo, *em fevereiro*: episódio maníaco, há dois meses sem medicação, agressão à enfermeira pela demora da consulta, fuga da Unidade por não aceitar a contenção farmacológica; *em março*: persistência do surto, paciente organiza abaixo-assinado contra a médica da Unidade, é atendida por diversos profissionais e primeira tentativa de abordagem da equipe com a família da paciente; *em maio*: acompanha consulta para o filho e apresenta conduta inadequada em sala de espera ao interagir verbalmente com outros pacientes, perda da oportunidade de o profissional tentar novamente o atendimento para o problema da paciente, por não ter revisado o prontuário; *em junho*: notícia de sua morte.

A partir da tentativa de identificação dos elementos básicos da APS, o grupo começou a pensar criticamente o caso, observando o que estava adequado e inadequado na sua condução desde o ponto de vista dessa lógica. Perceberam, por exemplo, que a escolha inicial da paciente em buscar auxílio para sua enfermidade não foi a equipe do Posto de Saúde. O *primeiro contato* estava fora do alcance daquela equipe, mas ainda assim houve algum *acolhimento* no dia em que ela chegou surtada na Unidade. Concordaram que, nessa oportunidade, já deveria ter sido feita a tentativa de contato com a família para notificar a situação, compreendê-la e orientar sobre uma possível internação. Isso poderia ser o início da construção de um novo *vínculo* da equipe com a paciente e sua família, segundo uma das residentes. Observando que fora atendida por diversos profissionais sem nenhum incremento em sua situação de saúde, o grupo de residentes entendeu que houve *continuidade* no atendimento, mas não *integralidade*. E que ao retornar à unidade de saúde tempos depois, procurando consulta para o filho e não ter sido feita uma tentativa de abordar o seu problema, fez o grupo concordar que inexistiu a *coordenação* do cuidado: faltara diálogo entre a equipe e co-responsabilização pelo caso.

A discussão entre os residentes, que transcorria de modo respeitoso ao espaço de fala de cada um, levantou a hipótese de que o cuidado integral, naquele momento, consistiria no acolhimento dessa paciente pela equipe e a atitude de encaminhamento a uma unidade de

internação, onde lhe seria oferecido o tratamento mais adequado. Durante o tempo de internação a equipe teria condições de tentar a aproximação aos familiares, auxiliá-los na organização dos cuidados para o retorno da paciente e, com isso, criar vínculo com essa família. Após a paciente voltar para casa, a equipe tentaria dar continuidade ao tratamento, sugerir participação em grupo de apoio, entre outras ações preventivas. Ao final da discussão, que também era recheada por opiniões técnicas oriundas de cada olhar profissional ali presente, o grupo concordou que a coordenação do cuidado, embora respaldada pela equipe de saúde, também caberia àquela família. Além dos problemas revelados pelo sucinto relato do caso, o grupo também se mostrou atento em abordar questões referentes ao HIV/AIDS, como o hábito do preservativo e problemas associados, como o uso de drogas, tendo em vista que a paciente é ou fora profissional do sexo.

No final daquele dia, havia sido realizada a tarefa de identificar os elementos fundamentais da APS, como fora proposto ao grupo. Entretanto, realizaram-se também a avaliação da conduta da equipe, várias reflexões diagnósticas sobre o problema, a construção de um plano de ação para os cuidados necessários com a paciente e a experiência valiosa de troca entre os saberes em busca de cooperação para resolver o caso. Ocorreu-me de pronto uma pergunta que, embora deslocada do contexto, não hesitei em lançar ao grupo de residentes: por que aquela não teria sido uma discussão clínica? A pergunta me pareceu pertinente, na medida em que o propósito de uma discussão clínica, além do aspecto de aprendizagem para uma equipe, é o diagnóstico do problema e a elaboração do plano terapêutico. Minha impressão fora de que isso havia ocorrido, ali, naquele dia. Quebrando o silêncio em que o grupo mergulhou após a pergunta, um dos residentes médicos, com alguma cautela, arriscou dizer que não houvera sido uma reunião clínica porque não se tratou focalmente de discussão sobre a patologia da paciente, naquele caso, o surto maníaco.

Embora algumas questões sobre a bipolaridade tenham sim, surgido durante o processo de reflexão, realmente a discussão transcendeu em muito o foco apenas nesse aspecto sintomático. Foi bastante além na compreensão do problema da paciente ao estender o olhar para sua condição familiar, profissional e afetiva, entre outras. Ora, por que uma dilatação da capacidade de olhar o problema desqualificaria a característica clínica de uma prática de discussão cooperativa entre diferentes saberes, como a que se estabeleceu a partir da proposta desse exercício aos residentes? Encerrou-se aquele dia com a pergunta no ar.

A pergunta pertinente para o presente trabalho, porém, deve ser diferente, ao passo que se procura contribuir para resolver a questão colocada que diz respeito à dificuldade da cooperação entre os agentes dos saberes na resolução de problemas complexos. Assim, pergunto: o trabalho descrito há pouco, realizado pelo grupo de residentes, sustentou-se em quê? Que número de elementos permitiu que um grupo heterogêneo em núcleos de saber representados, embora circunscritos ao mesmo campo da saúde, dialogasse e construísse um trabalho a partir da cooperação? Afinal, o que terá supostamente vencido a barreira pessoal entre os integrantes do grupo e epistemológica de cada saber, permitindo a cooperação?

O clima amistoso em que transcorreu o trabalho daquele grupo de profissionais bem que poderia inspirar uma solução pela óptica da amizade, como nos concede Derrida. Inclusive, como observava no início deste texto, a maioria dos autores que se ocupam dos problemas da mistura entre diferentes saberes não deixam de incluir um elemento de atitude em relação ao outro, sempre estrangeiro, que permita sua aproximação. Iribarry (2003) aposta na *humildade* como essa atitude, justificada por uma consciência da incompletude do saber a que cada qual se filia, frente aos problemas constituídos.

Mas a atitude acolhedora, amistosa, humilde ou castrada frente ao outro não parece ser suficiente. A questão epistemológica é um nó crítico - que o método científico e a consequente produção de conceitos engendraram - que parece atar a razão em territórios herméticos; e produz as racionalidades. Mesmo que se estenda um convite amistoso ao estrangeiro para visitar o campo de nosso saber, ainda assim ele seria introduzido em um *nível de realidade* no qual é praticamente cego. Teria alguns recursos, mas em grande medida precisaria ser conduzido pela nossa palavra e nosso ombro.

Nesse sentido, gostaria de propor para a reflexão e, quem sabe, contribuição em futuras pesquisas sobre o problema aqui trazido, um achado colhido na lavoura intelectual de Walter Benjamin (1892-1940) no qual me parece ser possível encontrar a semente de um procedimento formal que permitiria a melhor efetivação do ato cooperativo entre os saberes na solução de problemas complexos. Acredita Benjamin (2007, p.240) que o verdadeiro ato através do qual o colecionador torna presente em sua existência as coisas que são objeto de sua coleção é conseguir representá-las em seu próprio espaço e não representar-se no espaço delas. Assim, posso fazer a crítica do ato de fotografar-me na frente do monumento que

visito: essa fotografia jamais presentificará a essência do momento em que este monumento adentrou para minha vida, desde o instante que me encantou a ponto de querer levá-lo comigo de alguma forma. Mas como será possível que esse momento e todos os seus sentidos possam virar uma genuína peça de minha coleção, ou seja, aquela que me modifica e em parte me representa subjetivamente?

Deixar que uma coisa modifique meu mundo ao invés de a depredar com meu instrumento de apreensão e fixação de sua incomensurabilidade, parece ser uma boa sistematização do processo de trabalho que se pretende cooperativo entre os saberes, ou seja, buscar o objeto em sua natureza e, na medida em que ele fascine como coisa a ser conhecida, permitir que ocupe um lugar novo no conjunto significativo organizado de meu saber. Isso é algo bem diferente do que enquadrá-lo numa moldura conceitual predeterminada a exemplo de uma fotografia turística. Se ainda for permitido evocar outro aforismo, do mesmo Benjamin, que diz que o estudioso é um colecionador na medida em que coleciona saber, fica reforçado o intuito do ato de colecionar como prestativo ao campo do conhecimento.¹¹

Um dos aspectos que parece importante no procedimento do colecionador é o momento de suspensão em que um saber deve ser submetido na presença do objeto que o fascina ou na presença do novo saber que vem em seu auxílio. O momento de suspensão pode ser concebido como em uma escuta amistosa que deixa o outro falar, mas que, no entanto, não é necessariamente abstinente por não precisar dever nada ao outro, como o conceito de amizade, já comentado, indica. A suspensão tampouco pode ser passiva, por precisar presentificar no seu próprio campo esse novo objeto. Ao saber resta ficar momentaneamente livre dos seus pilares conceituais pré-estabelecidos que o fariam apenas reproduzir os mesmos olhares, a mesma teoria. Evitar a reprodução do mesmo é um dos possíveis efeitos que se tenta buscar com o procedimento do colecionador.

A proposta do procedimento do colecionador, ainda em construção¹², não parece deduzir sua potencialidade de uma formalização metódica ou se tomada como uma prescrição. É preciso que seja levada em conta a singularidade das situações em que vier a ser utilizado. E é possível que seu desenvolvimento contribua mais enquanto uma atitude do pesquisador ou entre colaboradores, do que propriamente constitua uma receita metodológica.

Por hora posso perguntar: o que o exemplo que trouxe há pouco pode nos ensinar, por ter chegado a um final supostamente satisfatório do ponto de vista da cooperação entre os

saberes? Quero apontar algumas impressões, a partir do que foi colocado até aqui, que dizem respeito aos motivos deste trabalho, qual seja, seguir buscando caminhos possíveis de investigação nessa que parece ser uma das importantes questões contemporâneas no campo da ciência e do conhecimento.

Em primeiro lugar, parece que é possível concordar que a atitude necessária de interesse e escuta entre os integrantes do grupo lá estava presente. Entretanto não se pode exigir que essa atitude seja uma constante. Muito menos se referidas às relações pessoais entre os sujeitos que compõem um grupo de trabalho: tomadas no plano pessoal, as diferenças parecem ser menos bem-vindas que em outras situações. No entanto, evocando aqui a *coleção de saber* que constitui o ato fundamental do cientista, do pesquisador, enfim, do estudioso, penso que se pode derivar dessa busca por aprender a necessidade da atitude de interesse pelo saber do outro. Ora, aquele era um grupo no qual a aprendizagem é o que ocupava o primeiro plano do motivo de cada um estar ali presente. Talvez, naquela situação, apenas a mim recaísse um empuxo ao lugar de *tudo saber*, o qual nem sempre é fácil ocupar com parcimônia. Aos demais havia empuxo à posição de *falta a saber*, único lugar legítimo a ser bem ocupado pelo cientista, pesquisador ou estudioso. Aparentemente, não há motivo para que essa primeira condição ocorra apenas na situação de exercício teórico com vistas à aprendizagem, pois todo dilema que convoque os saberes a produzir conhecimento para novas intervenções na prática, constitui, também, situação de aprendizagem. Do ponto de vista dos comportamentos, penso que aceitar um empuxo à posição de *falta a saber* por parte do estudioso, é suficiente para o ato de cooperação.

Essa última observação pode levar a outra pergunta: do ponto de vista da dinâmica do trabalho levado a cabo pelos residentes, que elementos o sustentaram e o tornaram possível? Dentre muitas possibilidades de análise deste aspecto da questão, procurarei evidenciar um elemento em especial. Recordo o leitor que, no grupo de trabalho, estavam representados diversos saberes, todos no campo da saúde, é verdade, embora caiba lembrar que o Serviço Social e a Psicologia não são saberes que se inscrevem apenas nesse campo. A discussão provocou interesses igualmente diversos, dada a complexidade do caso, lançando-se questões hora aos médicos, hora às assistentes sociais, hora ao psicólogo, entre os outros. No entanto, ao resultado obtido com aquele exercício teórico, não se pode atribuir que ele tenha surgido a partir do olhar de uma única e específica disciplina. Acredito que uma das

condições importantes na efetivação da discussão entre os participantes do grupo multiprofissional foi um elemento organizador para o qual todos os saberes estavam remetidos. A APS ou, mais especificamente, o conjunto de elementos básicos de sua estrutura, ao que parece, constituiu fator agregador e estruturante daquele trabalho. Nessa óptica, o grupo de representantes de saberes organizados nas disciplinas da medicina, da enfermagem, do serviço social e da psicologia, pôde colaborar através de uma permissividade que suportou dois tipos de intrusão em seu núcleo de saber: as condições impostas pelo relato do caso e as condições impostas pelos elementos básicos da APS. As impostas pelo caso são corriqueiras, visto que um problema se constrói através delas na medida em que um saber construa problemas a partir de sua ignorância sobre o seu objeto de conhecimento. Porém, as impostas pelo que chamei de *organizador* convocaram cada representante de um saber presente a acolher os elementos básicos da APS no seio de seu próprio núcleo de saber. Houve solidariedade entre os saberes do grupo por dois motivos circunstanciais a esta situação: frente ao campo no qual a discussão teria lugar, os saberes estavam emparelhados ao invés de hierarquizados; além de assumidos os pontos de ignorância sobre o caso, cada saber teve de receber e representar em seus domínios o saber advindo do campo da APS em seus elementos fundamentais.

Evocando, finalmente, as tentativas teóricas de elucidar o que é e como pode acontecer o ato de cooperação entre diferentes saberes, comentadas no início deste texto, poderia levar adiante outros tantos tipos de análise a partir da situação que compartilho aqui com o leitor interessado no tema.

Entretanto, este trabalho seria ultrapassado em seus propósitos, se seguisse adiante neste caminho. Deixo-o para segui-lo em outra oportunidade, mas convido o leitor a esse exercício dentro do qual poderia questionar-se, através do exemplo, de que forma ocorreu o ato cooperativo: transcendendo o disciplinar? Criando um campo de trabalho no entre-lugar? Estabelecendo relações no litoral dos saberes? Algumas respostas são óbvias, outras, nem tanto. Há que experimentar. Apenas lembraria ao leitor minha impressão de que parece haver importância para os estudos acerca da cooperação entre saberes distintos que seja definida previamente a lógica em que este estudo será tomado: a partir dos sentidos plurais do sufixo *trans* ou dos acordos fronteiriços entre territórios disciplinares diversos, tendo em vista

os problemas epistemológicos entre eles e os ontológicos devido aos objetos de conhecimento distintos que acabam por construir.

As reflexões deste texto - e mesmo as que seguirão com o leitor - não resolveriam a questão da transdisciplinaridade, supostamente o nome que tem dado a chave mais promissora para desvendar o problema da cooperação entre os sistemas de pensamento organizados em torno de saberes. Em muitos casos tem-se pensado a transdisciplinaridade como o apagamento das fronteiras entre as racionalidades, o que eliminaria as demais questões sobre os interstícios e os poros, e criaria um novo olhar holístico, completo, integral. Essas concepções interessam, em primeiro lugar, por esconderem uma ideologia que deseja a exclusão do elemento terceiro cuja função é realizar o corte e organizar o jogo de poder aniquilante quando empenhado entre iguais. Em segundo, por recalcarem o fato de que um novo olhar, por mais ampliado que fosse, em comparação aos olhares racionais menores, ainda assim não escaparia da produção de um novo saber que legislaria sobre a razão. Assim, penso que transdisciplinar não é o verbo que designa a invenção de outro campo de saber que, por sua vez, seria forçosamente disciplinar. Mas, acredito, com auxílio do sentido de *trans* como ocorre na palavra *transplatino*, que a potência do verbo transdisciplinar para a questão que hora me reúne ao leitor está na possibilidade de atos que gerem novas formas de dispositivos de encontros¹³ entre os representantes dos saberes interessados e necessitados da cooperação para resolução de problemas. A completude parece muito com um delírio atual frente ao fracasso do método positivista para responder as questões da condição humana. A integralidade é algo sempre parcial, que pode ser desenhada se os sujeitos do problema – e não o problema dos sujeitos – forem levados em conta em sua determinação, ou seja, não é o somatório de conhecimentos já produzidos sobre o problema, mas a necessidade singular de cada caso que terá melhores condições de determinar o ato integral de sua solução.

É com esse espírito que o foco deste trabalho apontou para os *atos dos sujeitos* investidos dos saberes e suas melhores possibilidades para proceder à cooperação e aprendizagem. Uma última reflexão em forma de pergunta não me deixa concluir o texto sem formulá-la: se a afirmação que partiu da análise do exemplo estiver correta em indicar que uma condição de possibilidade do trabalho cooperativo daquele grupo tenha advindo do papel do organizador APS e do esforço de cada integrante em acolher seus elementos básicos dentro do seu núcleo de saber, houve aí uma figuração exemplar do ato do colecionador, segundo

propus a partir do trabalho de Benjamin? Deixo, neste momento, ao juízo do leitor e da contribuição de futuros trabalhos, que tragam novos exemplos, a confirmação ou não do procedimento do colecionador como fundamento da condição da transdisciplinaridade como potencial de gerar encontros entre os saberes para a resolução de problemas.

THE COLLECTOR'S PROCEDURE AS FOUNDATION OF TRANSDISCIPLINARITY CONDITION

Abstract

Both in scientific discourse and in common sense, the conviction that the impasses emerged from the contemporary problems, in all its various fields, should find solution through the cooperative work among different knowledges is increasingly enhanced. This way, it is discussed a lot about the interdisciplinarity and, recently, with some emphasis in its more sublime form: the transdisciplinarity. This article will try to problematize some dispositions which are presented as conceptual possibilities for cooperative acts among subject of different theoretical formation. Therefore, as an essay, it will start from the conceptual articulation among the crucial elements to the problem in focus. Then, it will enrich the argumentation through the proposal of what will be called procedure of collector – inspired in the work of Walter Benjamin – and a practical example, in order to the assessment of the interested reader can fructify new debates on the central issue, whatever it is, to give visibility to the difficulties of the practice of cooperative acts among the knowledges in the solution of complex problems and find ways to overcome them.

Keywords: interdisciplinarity, transdisciplinarity, Walter Benjamin, collector, complexity.

Notas

¹ Na psicopatologia (CAON, 1994), na clínica psiquiátrica (ZIEGELMANN, 2005), nas práticas em saúde coletiva (MEHRY, 2002; CAMPOS, 2003), para citar apenas alguns exemplos, mais próximos ao meu campo de atuação profissional.

² A estrada brasileira histórica, construída no governo do presidente Médici, que atravessa a planície amazônica.

³ Estabelecendo a oposição ao termo *Cisplatino* que define a região aquém do Rio da Prata.

⁴ Portanto, é um argumento discordante daquele que atribuí à transdisciplinaridade a prerrogativa de definir o que está ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de toda e qualquer disciplina.

⁵ Mezan (2002, p.469) não deixa esquecer que há um paradoxo possível na relação do objeto com seu referente, pois há casos em que consequências lógicas da teoria permitem que o objeto preceda o referente.

⁶ A ideia alegórica na qual o bater das asas de uma borboleta poderia ser o desencadeador de um tufão no outro lado do globo.

⁷ Residência Integrada em Saúde.

⁸ Residência em Medicina de Família e Comunidade.

⁹ GHC – Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre – RS.

¹⁰ Atenção Primária a Saúde (VUORI, 1985).

¹¹ Cabe esclarecer que Benjamin jamais formalizou em seus trabalhos um procedimento a partir do ato de colecionar. Ele próprio um colecionador, costumava andar sempre acompanhado de uma caderneta onde anotava todas as ideias, reflexões e mesmo o que de interessante ouvia ou lia. Seu trabalho sobre *O Colecionador* encontra-se em uma obra escrita apenas com citações.

¹² O *procedimento do colecionador* que hora compartilho com o leitor ainda encontra-se em desenvolvimento e faz parte do método que venho propondo na pesquisa sobre as Residências Integradas em Saúde, trabalho referente ao meu Doutorado em Educação, ainda em curso, no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRGS.

¹³ No momento que escrevo percebo o quanto isso pode ter a ver, sim, com o conceito de amizade encontrado no processo de pesquisa para a escrita deste texto.

Referências

ALVARENGA, A.T. A transdisciplinaridade como crítica e resposta ao paradigma simplificado da ciência moderna. *Saúde e Sociedade*; v.14(3), p.5-8, set-dez, 2005.

ARAÚJO, F. Do amigo qualificado à política da amizade. *Estilos da Clínica*, v.10, nº19, p.84-105, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BHABHA, H.K. *O local da cultura*, Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CAMPOS, G.W.S. *Saúde Paidéia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

CAON, J.L. O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.7, n.2, p. 145-74, 1994.

IRIBARRY, I.N. O diagnóstico transdisciplinar em psicopatologia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. VI, nº1, p. 53-75, 2003.

LACAN, Jacques. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NICOLESCU, Basarab. *Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.

SANTIAGO, S. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SAVIAN F^o. Derrida e a defesa da honra da razão. *Cult –Revista Brasileira de Cultura* n° 117, Set.; ano 10; p.41-43, 2007.

VUORI, H. Primary Health care in Europe: Problems and solutions. *Community medicine. Health Policy*, v.4 (3), p. 221-230, 1985.

ZIEGELMANN, L. *Psiquiatria Social Contemporânea: narrativa de uma trajetória clínica*; Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Recebido em: 29/11/2008

Aceito em: 12/03/2009

Sobre o autor: Mestre em Psicologia Clínica pela PUCRS, Doutorando em Educação pela UFRGS. Psicólogo do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre/RS. Email: robertoamorim80@hotmail.com